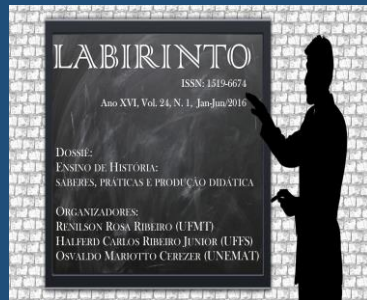


UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 24
NÚMERO 1
(JAN-JUN)
2016
PP. 363-378.

A CIDADE NA MIRA DOS SANITARISTAS: DESDOBRAMENTOS DA BIOPOLÍTICA (JACOBINA –BAHIA- 1955-1960)

(THE TOWN TARGETED BY HEALTH WORKERS: BIOPOLITICS OF DEVELOPMENTS (JACOBINA-BAHIA-1955-1960))

ME. EDSON SILVA

Professor de História da Rede Pública Estadual do Estado da Bahia
edisomsilva@gmail.com

RESUMO: O objetivo do presente artigo foi descrever e analisar a atuação dos médicos do Distrito Sanitário de Jacobina entre os anos de 1955 e 1960. Através de notas veiculadas no jornal Vanguarda e de textos publicados pelos médicos, buscamos examinar as práticas dos sanitaristas na cidade, situando-as enquanto uma ação biopolítica. Naqueles anos ocuparam a função de diretor do Distrito Sanitário da cidade os médicos Evandro Campos de Oliveira e Raimundo Diniz Veloso. A atuação desses operavam no seguinte movimento estratégico, de um lado, os médicos sanitaristas disseminaram uma campanha de educação sanitária, através de textos veiculados no jornal Vanguarda, de falas no serviço de alto-falantes e de eventos públicos, como palestras e exibição de filme. Por outro, executavam medidas de normatização e fiscalização das condições de higiene das moradias e estabelecimentos comerciais, dos alimentos e das condições de saúde dos empregados.

PALAVRAS-CHAVE: cidade; sanitarismo; biopolítica.

ABSTRACT: The purpose of this article is to describe and analyze the performance of doctors Jacobina Health District between the years 1955 and 1960. Through notes conveyed in the Vanguard newspaper and texts published by doctors , we seek to examine the practices of health workers in the city , standing -the while a biopolitics action. In those years they

A CIDADE NA MIRA DOS SANITARISTAS: DESDOBRAMENTOS DA BIOPOLÍTICA (JACOBINA – BAHIA-1955-1960),
DE EDSON SILVA

occupied the principal function of the city Sanitary District doctors Evandro Campos de Oliveira and Raimundo Diniz Veloso. The performance of these operating in the next strategic move , on the one hand , the sanitary doctors disseminated health education campaign , through texts served the Vanguard newspaper, speeches in speakers service and public events such as lectures and film showing . On the other , they executed measures on regulation and supervision of the hygienic conditions of homes and shops , food and health conditions of employees.

KEYWORDS: city; sanitarism; biopolitics.

INTRODUÇÃO

Na conferência *O Nascimento da Medicina Social* ministrada no Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) em 1974, Michel Foucault procurou demonstrar que a medicina moderna tinha como objeto o corpo social, sendo em alguns aspectos individual e detendo-se a relação médico paciente (FOUCAULT, 1979). Foucault trabalhava com a ideia de que com a emergência do capitalismo não houve um processo de passagem de uma medicina coletiva para uma medicina individual. Mas pelo contrário, com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo (séc. 18 e 19) sobreveio a preocupação e investimento sobre o corpo social, pensado, sobretudo, enquanto força de trabalho e produção. Na citada palestra, pela primeira vez, o filósofo-historiador francês usou o termo biopolítica:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade

bio-política. A medicina é uma estratégia biopolítica. (FOUCAULT, 1979, p.80).

De acordo com Foucault, entre os séculos 17 e 18 as práticas e teorias sobre “a arte de governo” fundavam-se na ideia de soberania sobre um território. A partir do século 18, com o acentuado crescimento demográfico, adveio o problema do acúmulo dos homens; situação que implicou em mudanças nas práticas e no conceito do que deveria ser um bom governo. A nova arte de governar não se definia mais como governo de um território, mas tratava-se de homens e coisas, que passavam a constituir o objetivo final do bom governo (FOUCAULT, 1979). “O essencial é portanto este conjunto de coisas e homens; o território e a propriedade são apenas variáveis” (FOUCAULT, 1979, p.283).

Desse modo, a população emergia enquanto alvo do governo, os estados modernos visavam gerir suas respectivas populações. Assim surgiram instituições e procedimentos de segurança, tendo em vista melhorar a qualidade de vida da população, aumentando o nível de saúde e duração da sua existência. Entre os séculos 18 e 19, paralelo ao aparecimento das instituições disciplinares (escola, quartel, prisão), estudados no seu

livro *Vigiar e Punir*, Foucault localizava o desenvolvimento de outra tecnologia de poder, conceituada de biopolítica ou biopoder. Na sua aula inicial do ano de 1978 no College de France, assim definia:

Este ano gostaria de começar o estudo que eu havia chamado, um pouco no ar, de biopoder, isto é, essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder (FOUCAULT, 2008, p.3-38).

A análise deste mecanismo demarcava uma nova fase das pesquisas de Michel Foucault, chamada de genealogia do poder, que demarcou o momento que o filósofo-historiador se debruçou a examinar o aspecto

micro e a dimensão positiva do poder. Foucault fazia uma crítica às concepções que identificavam o poder ligado ao Estado, ao sistema econômico e a sua dimensão jurídica, assim apontava que o poder não era uma coisa que se possuía e estava situada num lugar, mas uma relação e prática que se exercia e que funcionava como uma rede distribuída pelo corpo social. Pretendia demonstrar também que as relações de poder não se restringiam ou passavam apenas pela sua função repressiva, contudo, apresentava o seu lado positivo e produtivo na ação sobre o corpo social (MACHADO, 1979).

Nesse sentido, essa nova tecnologia do poder direcionava-se a vida humana enquanto espécie no mundo, a vida na condição biológica; o corpo vivente tornou-se objeto de preocupação política, intervenção de um saber e controle de um poder. Em outro momento, Foucault definia como a entrada da vida na história: “a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder – no campo das técnicas políticas” (FOUCAULT, 1988, p.154). Na gestão do corpo social essa tecnologia de poder característica dos estados modernos, distinguiu-se por administrar fenômenos específicos da população, a exemplo de políticas de controle das doenças, da

mortalidade, da natalidade, da sexualidade, da habitação, do tipo de alimentação, das condições sanitárias das cidades, visando o aumento do nível de saúde da população e da expectativa de vida.

Medidas positivas do poder que funcionam no intuito de garantir a vida, isto é, fazer o sujeito viver. Nos termos empregados pelo próprio Foucault: “um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles preciosos e regulações de conjunto” (FOUCAULT, 1988, p.149). Mecanismos múltiplos de regulação da vida que operavam tendo em vista a utilidade econômica (explorar a força do trabalho) e a docilidade política (produzir corpos dóceis e obedientes) da população. Ainda citando Foucault:

Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de populações aos processos econômicos (FOUCAULT, 1988, p.149).

Dessa forma, a medicina e as políticas de saúde pública, tornaram-se lugares estratégicos de gestão da população - mecanismos de prática biopolítica. Como apontava Foucault nos seus estudos, distante de ser uma prática individual, a medicina moderna tinha como alvo o corpo social, e foi, sobretudo, neste aspecto que se verificou um aumento das intervenções a partir do século XIX, ampliando sua atuação no século XX.

A CIDADE NA MIRA DOS SANITARISTAS

A cidade de Jacobina passou por uma série de transformações urbanísticas em meados dos anos de 1950 e início da década de 1960. A gestão municipal do engenheiro agrônomo Orlando Oliveira Pires (1955-1959) e do médico Florivaldo Barberino (1959-1963) desenvolveram intervenções urbanas que modificaram o desenho e a paisagem da cidade, equipando com infraestrutura urbana e equipamentos de conforto. Nesse sentido, foram executadas durante as duas gestões, ações de urbanização e higienização da cidade, com obras de pavimentação de ruas; medidas de limpeza e asseio urbano; edificação de uma larga avenida, construção de serviço de esgoto e de água

encanada; edificação de um estádio, de uma quadra esportiva, de um conjunto de praças e jardins, de um mercado municipal e de um matadouro público.

Naquele contexto de meados de 1950, as ruas da cidade de Jacobina foram tratadas como objeto de discussão, preocupação e de intervenção, por parte da imprensa local, dos médicos-sanitaristas e do poder público municipal. No caso da imprensa e da gestão da cidade, percebe-se uma alteração de postura e nas sensibilidades diante de certos aspectos urbanos. Assim, buscava-se eliminar o lixo, os excrementos e os esgotos presentes nas ruas; desejava-se uma cidade limpa, saneada, higiênica, disciplinada e aprazível. Em suma, procuravam materializar nas ruas de Jacobina aquilo que compreendiam enquanto uma urbe “civilizada”, “moderna” e em ritmo de “progresso”. Por outro lado, acompanhando as medidas dos gestores municipais, nesse contexto, os médicos do Distrito Sanitário, buscavam modificar os hábitos e certas práticas da população citadina (SILVA, 2015).

Pelo arranjo administrativo da saúde pública estadual vigente no período, os centros urbanos de maior concentração populacional deviam possuir um Posto Municipal de Higiene (Distrito Sanitário – denominação utilizada no período para o órgão).

Segundo José Eduardo de Araújo, o decreto de N° 134 de 17/12/1948 criou 8 distritos sanitários no interior do Estado, entre eles foi criado o de Jacobina (ARAUJO et al, 1973). Conforme o texto do Código:

Art. 2.061. Os Postos Municipais de Hygiene (sic), verdadeiras unidades sanitárias, serão localizadas de preferências nas zonas do Estado mais ricas e florescentes e de população mais densa, nos pontos que o governo designar. (DECRETO N° 4.144, 1925).

Outro mecanismo de normatização social servia como instrumento na organização da cidade, o Código Sanitário do Estado. Através desse instrumento de legislação sanitária, o Estado buscava regionalizar os serviços de saúde pública e higiene - desenvolvia-se uma estratégia governamental de gestão da saúde da população. Assim, atualizavam-se com as práticas modernas de governo, com a implantação de dispositivos políticos de regulação da vida enquanto espécie.

Dessa maneira, a legislação preceituava que os centros de saúde e higiene, tinham de desenvolver as seguintes funções:

Art. 2.062. Executarão os postos Municipaes de Hygiene os seguintes trabalhos: educação, propaganda, combate as endemias ruraes, doenças venereas, lepra, tuberculose e doenças epidêmicas, estatísticas, inspecção de generos alimentícios, hygiene maternal, infantil e escolar, policia sanitária e hygiene, industrial. (DECRETO Nº 4.144, 1925).

Era a partir desses centros regionais de saúde que o saber médico buscava desenvolver a melhoria das condições de saúde e conservação da vida da população. De tal modo, desdobravam-se uma política de regulação da vida, almejando produzir corpos saudáveis e espaços urbanos salubres. Com esse propósito atuavam, de um lado, através da educação e da propaganda, tendo em vista moldar os comportamentos e normatizar os hábitos, sem a necessidade de recorrer à repressão. De outro lado, seguiam no combate às doenças epidêmicas e endêmicas, passando pela exigência da qualidade dos alimentos ingeridos pela população, aos cuidados com a maternidade e a saúde e educação das crianças. Citando Michel Foucault: “os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, a vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça

a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar ou sua aptidão para ser utilizada” (FOUCAULT, 1988, p.161).

Naqueles anos, atuaram na cidade na função de chefe do Distrito Sanitário, os médicos Evandro Campos de Oliveira (VANGUARDA, 1956) e Raimundo Diniz Veloso (VANGUARDA, 1957). Percebe-se por meio do jornal *Vanguarda* que os médicos sanitaristas lançaram uma campanha de educação sanitária na cidade, através de artigos publicados no periódico e eventos públicos. O artigo citado a seguir do Código Sanitário do Estado demarcava o objetivo desse procedimento:

Art.371 – A educação sanitária será executada por instrução individual ou coletiva e propaganda com o fim e no interesse (sic) de preservar e melhorar a saúde, prevenir as moléstias e evitar a propagação das doenças transmissíveis, procurando impressionar e convencer o povo dos hábitos e conhecimento de hygiene. (VANGUARDA, 1956, p.4)

Em nota, destacando as medidas tomadas pelo sanitarista Evandro Campos de Oliveira, o jornal *Vanguarda* mencionava a realização de palestras de educação sanitária, ministradas pelos médicos do Distrito (VANGUARDA, 1956). Numa outra nota

publicada no periódico, assinada pelo supracitado médico, a população era convidada para assistir a exibição do filme "Irrigue a Terra" na sala do Cine Ideal; no convite manifestava o desejo da presença das autoridades da cidade e da juventude, mas destacava principalmente a necessidade das pessoas que trabalhavam no magistério para assistir o filme (VANGUARDA, 1956). A educação representava importante segmento para aqueles propósitos de disseminação dos preceitos de higiene e de cuidados com a saúde da população. Por outro lado, com o apoio dos seus auxiliares, os médicos adotavam medidas buscando manter moradias e estabelecimentos comerciais salubres e combatiam determinadas práticas sociais da população citadina, como a criação de animais no perímetro urbano e os banhos de rio.

Na sua estratégia de pedagogização da população jacobinense, o semanário *Vanguarda* divulgava artigos do Código Sanitário. Nos textos publicados no *Vanguarda*, explicavam o propósito da educação sanitária e da atuação da polícia sanitária; da obrigação dos exames médicos para os empregados domésticos; pregava-se o cuidado com a água; da importância dos exames pré-natais para gestantes; da higiene dos ambientes e das moradias e dos alimentos,

a exemplo do leite (VANGUARDA, 1956). Possivelmente questões também abordadas nas palestras, eventos e pronunciamentos no serviço de alto falantes. A partir desses mecanismos educacionais, difundidos através de suportes técnicos modernos, visavam produzir uma nova subjetividade, escrita pelo saber médico, do cuidado do corpo e asseio das coisas ao redor.

Desse modo, as ações dos sanitaristas na cidade davam-se no sentido de higienizar as casas, exigindo que as mesmas funcionassem em condições de salubridade para habitar; de cuidados com a reprodução, com a política de acompanhamento das gestantes; da qualidade dos alimentos e da água consumidos pela população. Os gestos cotidianos de morar, nascer, trabalhar e comer, passavam a ser escritos pelo discurso médico-sanitarista. Medidas pontuais, visando produzir corpos saudáveis e bem-comportados socialmente.

Em nota, o jornal *Vanguarda*, incansável defensor do cumprimento das medidas sanitaristas, assim apresentou as ações do médico-sanitarista Evandro Campos de Oliveira na cidade:

Importantes Medidas Tomadas Pelo Chefe do Distrito Sanitário

O atual chefe do Distrito Sanitário desta cidade, dr. Evandro Campos de Oliveira, tem tomado uma série de medidas úteis em favor da saúde da população local.

Dentre essas medidas podemos citar a proibição da criação de suínos no perímetro urbano; o exame do gado em pé e da carne destinada ao consumo da população; a exigência de atestado de saúde a todos os marchantes, panificadores, empregados em armazéns e em estabelecimentos congêneres; a fiscalização das padarias, concedendo prazo para que os seus proprietários satisfaçam as exigências do Código Sanitário; a fiscalização direta dos gêneros nas feiras livres, etc. Ao mesmo tempo, vem s.s. ampliando os serviços na sede do Distrito Sanitário, com atendimento a maior número de clientes e a realização de palestras de educação sanitária, a cargo dos médicos e dentistas do Distrito.(VANGUARDA, 1956, p.1).

Em seguida, era feita outra exigência:

É preciso que o dr. Evandro Oliveira mande, também, examinar as bancas em que os marchantes cortam a carne nos dias de feira,

pois, estas ficam expostas ao tempo, nos fundos das casas residenciais, durante toda a semana e, nos dias de sábado, são postas nas feiras nas mesmas condições em que se encontram, empoeiradas e sujas de esterco de animais domésticos (VANGUARDA, 1956, p.1).

A questão da inspeção da carne, que devia atestar a salubridade do alimento, tornou-se num alvo do médico. Em outro texto o periódico tecia comentários elogiosos acerca da atividade do sanitarista na cidade:

Evitou a Venda da Carne Podre!

Fomos informados de que, na última quinta-feira, amanhecera doente e logo depois morreu um dos bois que se encontravam no curral da matança para ser abatidos, naquele dia, e que, se não fosse a vigilância do chefe do Distrito Sanitário, local, dr. Evandro Oliveira, a carne do referido animal seria vendida à população desta cidade.

Graças ao zelo e a dedicação do atual Chefe do Distrito Sanitário, que nos dias do abate, amanhece no Matadouro de lanterna em punho – qual novo Diógenes – a examinar da cabeça

aos pés os animais que vão ser abatidos para o consumo, deixamos de comer carnes podres como essa que acima nos referimos.

Prestigiemos, pois, o novo Chefe do Distrito Sanitário desta cidade!(VANGUARDA, 1956, p.1).

Em 1957 assumiu as funções de chefe do Distrito Sanitário, por designação da Secretária de Saúde e Assistência Social, o médico Raimundo Diniz Veloso (VANGUARDA, 1957). O *Vanguarda* apresentava nesses termos, a expectativa de atuação do sanitarista em Jacobina:

A população jacobinense espera do dr. Raimundo Diniz Veloso urgente medida de repressão contra o desenfreado criatório de animais soltos no perímetro urbano, bem como contra os banhistas no Rio do Ouro (VANGUARDA, 1957, p.1).

Essas práticas contrariavam a perspectiva de ordem, estética urbana e o aspecto de civilidade desejada para a cidade pelos jornalistas e o gestor municipal, contudo, a inquietação com a criação de

porcos no perímetro urbano também estava relacionada com a saúde da população, portanto, objeto de intervenção do saber médico; a preocupação devia-se ao fato que a carne do suíno (criados em locais não apropriados, como em quintais ou nas ruas da cidade) consumida pelos cidadãos pudesse ser portadora de uma larva (cisticerco) nociva a saúde humana; no ano precedente havia sido divulgado no periódico que nas cidades de Feira de Santana e Alagoinhas o consumo da carne de porco havia sido interdito pelas autoridades sanitárias locais, justamente devido a suspeita de contaminação dos suínos (VANGUARDA, 1956). Quanto aos banhos nos rios que cortavam a cidade, prática de diversão de parte da população urbana, que ocorria principalmente quando o volume das águas dos rios aumentava com a chegada das chuvas, a proibição da prática pelo saber médico estava relacionada com a transmissão de doenças que as águas dos rios poderiam transmitir, como verminoses, cólera, febre tifóide; doenças que também poderiam atingir o corpo social.

A propósito, a precaução com a pureza da água consumida na cidade era um dos itens tratados na campanha de educação sanitária, disseminada pelos médicos nas ruas de Jacobina, através de filmes, palestras e do serviço de alto-falantes. Neste trecho de

um artigo veiculado no jornal (*Vanguarda*) alertava o médico:

Dentre os germes e parasitos transmitidos pela água, estão às amebas, causadoras da disenteria amebiana, os bacilos disentéricos, das disenterias bacilares, o bacilo tífico e o bacilo da cólera. O bacilo do cólon, coli-comune ou coli-bacilo, às vezes é patogênico, e sua presença na água denuncia contaminação fecal humana ou por outros mamíferos. Podem ainda ser conduzidas pela água outros cocus, bacilos e parasitos, bem como ovos, larvas e embriões de várias espécies de vermes (VANGUARDA, 1956, p.4).

Em outro artigo publicado em edição posterior recomendava:

Nestas condições nunca é demais reiterar as recomendações do S.N.E.S (Serviço Nacional de Educação Sanitária), quanto aos cuidados a serem observados com a água em uso, entre as quais destacamos as seguintes: só beber água fervida ou filtrada; não usar água exposta, sem, antes, deixá-la decantar, pelo menos, 48 horas; não tomar banhos em coleções de água

suspeita; não usar as águas correntes ou outras, que servem, de qualquer modo, ao abastecimento, para depósito de lixo e dejetos (VANGUARDA, 1956, p.4).

De tal modo, o cuidado com a água era entendido como fator responsável por melhorar o nível de saúde e por diminuir a mortalidade da população. Se considerarmos a narrativa do jornal *Vanguarda* e os textos dos médicos a respeito do assunto, as questões de ordem sanitária na cidade e a preocupação com a saúde da população estavam na ordem do dia, entravam na mira dos agentes e médicos do Distrito Sanitário de Jacobina. Na edição 401, na página 4, o *Vanguarda* trazia dois avisos do Dr. Raimundo Diniz Veloso, então chefe do Distrito. Um visava informar aos construtores da cidade de que a ocupação da casa só poderia ser realizada após fiscalização sanitária e fornecido o certificado de “habita-se”; outro advertia aos criadores de porcos no perímetro urbano da proibição dessa prática pelo Código Sanitário (VANGUARDA, 1957). Contudo, as exigências não ficavam por aí, além das habitações dirigiam-se também aos ambientes comerciais. O certificado de “habita-se”, concedido depois do crivo médico, que avaliava as condições de

salubridade do espaço, era uma exigência tanto para as residências quanto para o funcionamento dos estabelecimentos comerciais (VANGUARDA, 1957).

Nos anos seguintes, encontramos notas de cobrança de um “Registro de Licença” para o funcionamento de estabelecimentos de gêneros alimentícios e para as barbearias (VANGUARDA, 1958). Pela legislação sanitária, esses estabelecimentos na cidade tinham que renovar anualmente o citado registro, a fim de manterem-se adequados as normas de higiene. Além das exigências sanitárias voltadas aos ambientes residenciais, comerciais e dos alimentos, as medidas de profilaxia na cidade estendiam-se ao corpo dos indivíduos, aos empregados domésticos e do comércio, que a cada ano deviam passar por um exame, uma inspeção médica com o objetivo de atestar as condições de saúde do sujeito (DECRETO N.4.144, 1925). De acordo com o aviso:

Os empregados de estabelecimentos de gêneros alimentícios serão inspecionados no Centro de Saúde. Os resultados dessas inspeções (Carteira de Saúde), deverão ser exibidas às autoridades sanitárias, quando estas os exigirem nas suas visitas de rotina (VANGUARDA, 1958, p.4).

A partir do aparelho do Distrito Sanitário, os médicos e seus pressupostos desencadearam uma estratégia de atuação na cidade, a fim de garantir o melhoramento e a conservação da saúde da população citadina, o aumento da sua expectativa de vida e a purificação do meio urbano.

Os médicos do Distrito Sanitário em Jacobina buscavam executar o empreendimento através de um processo educativo, utilizando a instrumentalização da técnica moderna, como o cinema, o jornal e o serviço de alto falantes; com a campanha de educação sanitária almejavam o convencimento e a mudança do comportamento da população com relação às práticas de higiene, instruindo ainda como evitar doenças. Por outro lado, seguia a atuação, inspecionando os espaços habitacionais e comerciais - exigindo o funcionamento dos mesmos de acordo com os preceitos sanitários; buscando manter o controle sobre a qualidade dos alimentos e das águas que eram consumidos na cidade; combatendo a prática de uso da água dos rios para banhos e a criação de porcos nas ruas e quintais; exigindo dos trabalhadores exame médico para ser admito em serviço, quer desenvolvesse em espaço comercial ou doméstico.

De tal modo, a estratégia dos médicos-sanitaristas abrangia o ambiente urbano, combatendo determinadas práticas da população citadina, e conseqüentemente forçando o desaparecimento delas do espaço urbano - imprimindo uma nova paisagem e estética para a cidade. Em outros termos, o saber médico e a sua prática na urbe moldavam a produção de uma determinada paisagem urbana, determinando um regime de visibilidade de práticas sociais nas ruas da cidade. Ademais, tais medidas atingiam sobretudo aqueles que por necessidades econômicas e modo de vida buscavam permanecer com suas práticas de criação de suínos e de banhos de rio.

Por outro lado, como pontuou Michel Foucault, o objetivo final dos estados modernos passou a ser a gestão das suas populações, com ações buscando diminuir o custo econômico causado pelas doenças que afetavam a população, resultando em prejuízo com a perda de mão de obra e uso do sistema de saúde. Assim, desejava-se corpos saudáveis e dóceis, para serem aproveitados na causa do desenvolvimento econômico do país. Sobretudo no contexto da década de 1950 no Brasil, momento em que foi estabelecida a associação entre o melhoramento das condições sanitárias do país e seu desenvolvimento; o baixo índice de saúde da

população brasileira era visto como um fator que impedia do desejado desenvolvimento nacional (CAMPOS, 2005.). Como acompanhamos, as ações dos médicos-sanitaristas em Jacobina dirigiam-se a cuidar das funções básicas da vida, como comer, beber, habitar, procriar, visando a sua manutenção, reprodução e potencialização. Nesse sentido, seguindo as conceitualizações de Michel Foucault sobre as relações de poder, identificamos os procedimentos e intenções dos médicos-sanitaristas em Jacobina no campo de uma ação biopolítica. Como definiu Foucault, essa nova tecnologia de poder emergente nas práticas de governo dos estados modernos vai “investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todos os espaços da existência” (FOUCAULT, 1988, p.156).

REFERÊNCIAS:

ALBURQUEQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In: **O Historiador e suas fontes.** (Orgs): Carla Bassanezi Pinky e Tania Regina de Luca. 1.ed. São Paulo. Contexto, 2011. p.223-249.

ALVES, Fernanda Karoline Martins Lira. Becos e casebres na Parahyba do Norte: na mira da ordem sanitaria. In: **Cidades e experiências modernas**. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. FERNANDES, Paula Rejane. (Org:).Campina Grande. EDUFCCG, 2010.p.57-84

ARAÚJO, J. D. de; et al. **Regionalização dos serviços de saúde pública: a experiência do Estado da Bahia, Brasil**. Saúde pública. Rev. Saúde Pública vol.7 no.1 São Paulo Mar. 1973. p.1-19. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101973000100001&script=sci_arttext

BATISTA, Ricardo dos Santos. **Lues Venerea e as Roseiras Decaídas: biopoder e convenção de gênero e Sexualidade em Jacobina-Ba (1930-1960)**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA Salvador, 2010. (Dissertação de Mestrado).

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. Tradução: Jorge Hagime Oseki. In: **Espaço e Debate n° 34**. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo. 1991.p.39-54.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 8ª Ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BLUME, Luiz Henrique dos Santos Blume. “Imagens da cidade: memória da modernidade no sertão. Jacobina, BA, 1920-1950”. In: **Culturas Urbanas Bahia: estudos sobre Jacobina e região**. Salvador, Eduneb, 2009.p.15-30.

BURITI, Iranilson. Alfabetizando a Rainha com o bisturi do progresso: práticas médico-higienistas e educação primária em Campina Grande (1920-1940). In: **Cultura e Cidades**.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. O Serviço Especial de Saúde Pública: Políticas Internacionais e Respostas Locais. História em Revista, Pelotas, v. 11, dezembro/2005.p. 37-61.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Tradução: Ephaim Ferreira Alves. 3ª edição. Petrópolis. Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney: **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX.** São Paulo. Companhias das Letras, 1987.

CRUZ, Heloisa de F; PEIXOTO, Maria do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. nº 35, julho/dezembro, 2007. p 253-270.

Dossiê – Michel Foucault. **Revista Cult.** Nº 134. Ano 12. Abril/2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** (Org.) Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal,1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução: Raquel Ramallete. 37.ed. Petrópolis. Vozes, 2009.

_____. **História da sexualidade I. A vontade de saber.** Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

_____. Aula de 11 de janeiro de 1978. In: **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978).** Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo. Martins Fontes, 2008.p.3-38.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meios dos periódicos. In: **Fontes Históricas.** Carla Bassanezi Pinsky. (Org:). 3.ed. São Paulo. Contexto, 2011.p.111-153.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza.** São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. **Revelando a cidade: Imagens da modernidade no olhar fotográfico de Osmar Micucci.** (Jacobina 1955-1963). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2007. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Valter; MENEZES, Adriano. (org.) **Culturas Urbanas na Bahia: estudos sobre Jacobina e região.** Salvador, Eduneb, 2009.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - 1890-1930.** Rio de Janeiro. Paz e terra. 1985.

REZENDE, Eliana Almeida de Souza. A cidade e o sanitaria imagens de um percurso. In: Proj. História, São Paulo, (21), nov. 2000.p.265-279..

SANTOS, Vanicléia Silva. **Sons, danças e ritmos: A Micareta em Jacobina - Ba (1920-1950).** Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2001. (Dissertação de Mestrado).

SENNET, Richard. **A Carne e a pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental**. Tradução: Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro. BestBolso, 2008.p.261-288.

SILVA, Edson. **Modernização, sanitário e cotidiano (Jacobina 1955-1959)**. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.

_____. **Jacobina: uma cidade “progressista” e “civilizada” (1955-1963)**. Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus IV, Jacobina, 2012. (Monografia de graduação).

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos de. **Territórios de confrontos: Campina Grande, 1920-1945**. Campina Grande. EDUFCEG, 2003.

VIGARELLO, Georges. **O Limpo e o Sujo. A Higiene do Corpo desde a Idade Média**. Tradução: Isabel St. Aubyn. Editorial Fragmentos. Lisboa.1985.

VIEIRA, Daniela Nunes Silva. **Novas perspectivas: modernização em Jacobina (1930-1940)**. Universidade

do Estado da Bahia- UNEB, Campus IV. Jacobina, 2011. (Monografia de graduação).

FONTES:

Jornal Vanguarda, de 1955 a 1960. Jacobina – Bahia.

Decreto N.4.144 de 20 de Novembro de 1925, que regulamentou a Lei N.1.811 de 29 de Julho de 1925. Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB.

Recebido em: 25/03/2016

Aprovado em: 14/06/2016

Publicado em: 30/07/2016